

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

QUARTA COLÔNIA: ASPECTOS DE SUA IDENTIDADE CULTURAL / TERRITORIAL

Sandra Da Silva Reis

Boletim Gaúcho de Geografia, 23: 97 - 104, março, 1998.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38384>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - março, 1998

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

QUARTA COLÔNIA: ASPECTOS DE SUA IDENTIDADE CULTURAL/TERRITORIAL

*Sandra da Silva Reis **

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende abordar alguns aspectos dos processos de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade vividos pelos imigrantes italianos na chamada Quarta Colônia, hoje representada pelos municípios de Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, São João do Polêsine, Pinhal Grande, Restinga Seca e Agudo. Esses processos influenciaram diretamente a criação de um novo ambiente de referências onde hoje vivem os descendentes da singular cultura italiana. Estes vêm valorizando e mantendo esta identidade cultural/territorial através de um projeto comunitário intitulado Projeto Identidade.

A FORMAÇÃO DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA: ASPECTOS DE SUA HISTÓRIA E DA RECONSTITUIÇÃO DA SUA CULTURA EM UM TERRITÓRIO

Relataremos aqui, algumas características próprias da imigração italiana no Estado, que puderam ser constatadas, com grande clareza, na Quarta Colônia. Tratam-se de detalhes da vinda ao sul do Brasil e dos costumes preservados ainda hoje.

Começemos com um pouco de história. A política brasileira modificou-se em relação à imigração e à colonização no decorrer do tempo:

(...) de 1824 a 1829, o Governo Imperial promoveu a imigração com os objetivos de conseguir soldados mercenários que apoiassem a política absolutista de D. Pedro I, e também para colonizar as terras devolutas do sul; de 1830 a 1848, houve supressão da colonização porque ainda era viável o trabalho escravo; de 1848 a 1889, o governo começou a incentivar a imigração para substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado e também para conseguir o branqueamento da população brasileira. (FLORES, 1990)

A Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul foi criada em 1877, pelo Governo Imperial, na região centro-oeste do Estado, entre Santa Maria da Boca do Monte e Cachoeira do Sul, para receber imigrantes vindos do norte da Itália (SETUR, 1995), principalmente das regiões italianas de Udine, Gemona, Veneza e Polêsine. Devido ao alto custo com sua administração, o Governo Imperial emancipou a Quarta Colônia em 1882.

Somente agora, mais de um século depois, em 1989, foi resgatado o conceito de Quarta Colônia. Este tem sido usado para identificar as ações conjuntas entre os municípios de colonização italiana citados anteriormente, ou seja, para demarcar a região onde atua o Projeto Identidade, que mais tarde abordaremos.

A definição urbana das terras pertencentes hoje à Quarta Colônia deu-se por agrimensores portugueses. As terras planas e as de cima da serra foram ocupadas pela primeira vez pelos portugueses, que as dividiram em sesmarias. O que sobrou aos imigrantes foi somente as terras devolutas localizadas nas várzeas, terras alagadiças, onde hoje se cultiva o arroz, e que os italianos conseguiram, conforme a disponibilidade de braços (lotes maiores ou menores).

As experiências humanas se mostram nas paisagens, nos lugares, que por sua vez, refletem e reforçam nossa identidade. Com base nisso, os imigrantes italianos construíram na Quarta Colônia um pouco da Itália que deixaram em busca de uma vida melhor.

Na Itália, a casa e a estrebaria se integravam para aproveitar o calor dos animais. Aqui, menos frio, os imigrantes construíram as estrebarias separadas para os animais. Os paióis eram construídos com dois pavimentos: em cima guardava-se as palhas e os cereais e a parte de baixo servia de estrebaria às vacas leiteiras. Hoje, muitas casas antigas servem de paiol, enquanto a família vive na casa nova, geralmente ao lado.

Permanecem até hoje, na Quarta Colônia, os costumes da lida doméstica, encargo da mulher e, exceto com a alimentação, sempre houve um forte senso de economia. Quanto maior era a família, maior tinha de ser a casa, sempre visando a maximização do bem estar familiar, pois, manter próximos os seus, era a razão que os mantinha vivos, unidos e motivados a trabalhar tanto.

Logo que recebiam seus lotes, a primeira preocupação era com a localização da casa. Pensavam no declive que deveria haver para o porão, na água que deveria correr próxima, na boa incidência de sol, nos lugares para lavoura e o pastoreio, etc. Todos estes detalhes eram importantes na hora de escolher o local ideal para a casa.

As casas do centro, geralmente sobrados, eram destinadas principalmente ao comércio, onde os fundos ou a parte de cima serviam de moradia, enquanto a parte de baixo ou da frente era reservada ao comércio. A casa é o bem mais valioso para o imigrante que sempre se identificou muito com ela.

É comum observar-se a presença de acomodações, como cadeiras e banquinhos, nas calçadas, em frente às casas, demonstrando a preservação do hábito

do filó, que, segundo os descendentes de imigrantes, trata-se de um serão feito em grupo, dividindo determinadas atividades, enquanto conversam entre si. Outro hábito comum de se observar entre os imigrantes italianos são as reuniões após o almoço, nas calçadas ou em praças, quando os homens juntam-se para discutir assuntos do cotidiano, principalmente sobre política.

As igrejas são referenciais importantíssimos da imigração italiana; elas identificam as comunidades através de seus santos padroeiros. As capelas deram origem aos centros comunitários e, nos seus arredores, criaram-se os clubes, as escolas, as canchas de bocha. Esta organização existiu marcada por uma expressiva fé e caráter solidário que é extensiva à própria constituição da família.

Até hoje encontra-se preservado, nos municípios integrantes da Quarta Colônia, o antigo hábito de se tocar o sino da igreja, de hora em hora. O padre possui o papel de conselheiro nas horas difíceis e de dúvidas; é ele a pessoa de confiança dos moradores, em quem podem contar quando precisam.

Na Quarta Colônia, essa identidade cultural e territorial permanece fortemente estruturada. E parece que assim vai continuar, pois existe um consciente esforço comunitário para que assim aconteça.

PROJETO IDENTIDADE

O que pretende-se abordar, agora, são os processos de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade que atuaram diretamente na memória e na identidade dos imigrantes italianos vindos para a Quarta Colônia.

Simplificadamente, entende-se por territorialidade toda e qualquer identificação e/ou ligação existente com o território, ou seja, trata-se da projeção dos nossos sentimentos de posse e pertença, da nossa identidade ao local de nossas origens. Com isso, a desterritorialidade é aqui tratada como a perda parcial dos valores culturais, sociais e, também, das relações de poder atribuídas ao território. É a cultura, que os imigrantes trouxeram consigo, em conflito com a cultura aqui existente. Assim, reterritorialidade, trata-se do encontro, da adaptação dos valores de origem, juntamente com a aceitação de uma nova cultura e de um novo território.

A territorialidade pode se expressar como uma vivência coletiva, preservadora de usos, costumes e tradições do passado que reforçam o sentimento de orgulho de pertencer a um território. Entretanto, existem feições negativas que podem ser assumidas pela territorialidade como pertença, expressando-se num sentimento de não querer pertencer a um território. Assim, ocorreu com os imigrantes da Quarta Colônia e seus descendentes, que repudiaram seu território de origem, a Itália, em favor de serem aceitos na nova pátria, pelos brasileiros. Isto se deu, devido aos conflitos decorrentes da II Guerra Mundial. Com isto, o que em um momento pode ser chamado territorialidade, em outro assume as feições de uma desterritorialidade.

Com a Segunda Guerra Mundial, desencadeou-se todo um processo de perda e desvalorização da cultura italiana trazida pelos imigrantes. Os militares brasileiros invadiram as propriedades dos imigrantes à procura de todo e qualquer objeto que representasse a cultura italiana, como cartas, documentos e cartazes de seus líderes políticos.

Os imigrantes, bem como seus descendentes, passaram por humilhações e discriminações. Assim, na ânsia de serem aceitos, originou-se uma vergonha e um desprezo por tudo aquilo que lembrasse a vinda de seus ancestrais. Perderam-se os dialetos italianos, pois, não mais se falava aquela língua desprezada pelos brasileiros, e assim como a língua, toda uma cultura foi sendo esquecida. Isto ocorreu no Brasil como um todo e, de maneira evidente, na Quarta Colônia.

A educação na região da Quarta Colônia, foi regida tradicionalmente pelas diretivas emanadas dos grandes centros, no caso, Santa Maria. Com isso, foi eliminada da educação toda a riqueza cultural das comunidades e impostas aos estudantes as referências da cidade grande, o que para eles não passava, muitas vezes, de ensinamentos ilusórios, que não se associavam à realidade rural e particular à qual pertenciam.

Os descendentes italianos, sentiram o processo de perda de sua cultura, a que estavam sendo submetidos e, também, os choques culturais que lhes estavam violentando. Então, aquele povo que outrora se envergonhava de suas origens, hoje consegue mudar a visão menosprezada que tinha de seu território originário, sentindo-se atualmente livre e dono de um novo território, transformando assim sua consciência territorial, aceitando e se orgulhando de sua descendência, com a ajuda de um projeto – o Projeto Identidade. Esta é a reterritorialização.

O Projeto Identidade e o Programa Regional de Educação Patrimonial são desenvolvidos nas escolas dos municípios, envolvendo alunos, professores, pais e a comunidade em geral. O Projeto em si consiste em uma iniciativa das prefeituras locais para resgatar a identidade cultural dos imigrantes e descendentes que pertencem à Quarta Colônia, buscando a valorização da língua italiana, dos hábitos, costumes e crenças.

O Projeto Identidade foi iniciado nas escolas, incentivando as crianças a trazerem fotografias antigas de seus antepassados (pais e avós), sendo estas copiadas, fichadas e arquivadas no Banco de Imagens da Prefeitura de Nova Palma e, logo após, devolvidas às crianças as fotografias originais.

Foi sugerida pela coordenação deste projeto a criação de pequenos museus familiares e comunitários, onde referências de elementos culturais que identificam cada comunidade possam ser conservados em lugar de uso social. Estimulou-se, também, a realização de inventários dos elementos ambientais, naturais e históricos da região.

Outro resgate muito importante é feito pelo CPG (Centro de Pesquisas Genealógicas), que é um arquivo com registros de aproximadamente 50.000 fa-

mílias de imigrantes italianos e descendentes. Constitui-se de um trabalho dedicado do Padre Luiz Sponchiado que, há mais de trinta anos, vem coletando e organizando dados das famílias, como fotografias, passaportes, livros, mapas, títulos de propriedades de terras destinados aos imigrantes italianos que se fixaram na Quarta Colônia, enfim, diversos tipos de documentos. Este centro localiza-se na própria paróquia de Nova Palma.

Existe ainda, uma associação italiana, o Círculo Vêneto di Nova Palma, que foi fundada com o objetivo de preservar a dança e a música de seus antepassados. Esta associação e a prefeitura municipal de Nova Palma estão unidas neste processo de resgate. Desta parceria resultaram ações como a viabilização do curso de língua e cultura italiana nesta comunidade.

A história da preservação da identidade da Quarta Colônia foi um desafio aos habitantes, desafio este superado graças à persistência e ao incentivo dos participantes do Projeto Identidade e ao amor e orgulho que os descendentes dos imigrantes voltaram a sentir pelas suas origens.

Tendo uma nova visão, desta vez positiva de seu território, e incorporando uma mentalidade preservacionista de suas origens, este povo preservou o que de mais valioso possui, sua identidade. Estas pessoas hoje têm consciência do lugar que ocupam, possuem uma consciência territorial, onde está o refúgio de sua individualidade e, ao mesmo tempo, onde encontram sua sociabilidade com o mundo exterior.

Dentro de seu território os indivíduos, e também os grupos, se sentem em afinidade, em segurança, mantenedores de sua propriedade. Vem daí a perseverança na atitude de preservar o que se possui. Nas palavras de José Itaquí (Secretário Administrativo de Silveira Martins e coordenador do Projeto Identidade), *“não existe outra América para ir, é necessário preservar esta que temos aqui”*.

UM CASO SINGULAR DENTRO DA QUARTA COLÔNIA: A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE DONA FRANCISCA

Esta é uma história de conflitos gerados entre algumas localidades pertencentes à Quarta Colônia, dentre as quais se destacou Dona Francisca, em detrimento de uma política emancipacionista que desencadeou fortes sentimentos de posse e pertença entre diversas famílias que almejavam, cada qual para seu distrito, o título de município sede, juntamente com os benefícios que esta titulação oferecia à população.

O atual município de Dona Francisca já fez parte da antiga colônia de Santo Ângelo, fundada em 1855, à margem direita do rio Jacuí. No início de sua colonização, a chamada Fazenda São José, um grande latifúndio de 3.000 hectares, foi paga como dívida ao General Mostardeiro, que em 1883 veio para a região com sua esposa Dona Francisca e seus filhos. A fazenda foi dividida em lotes de aproximadamente 30 a 40 hectares, sendo que a sede iniciava onde hoje

existe o cemitério e se estendia até onde localiza-se o pórtico do município, atualmente.

Em 1891, criaram-se três distritos no município de Cachoeira do Sul: o 5º, o 6º e o 7º, que era Dona Francisca e que, após divisões posteriores, passou a identificar-se como sendo o 5º Distrito de Cachoeira do Sul.

No ano de 1938, o 5º Distrito passou à categoria de vila e, em 1959, teve início um movimento emancipacionista que originou uma série de conflitos entre os distritos da Quarta Colônia, inclusive causando desentendimentos dentro das famílias que moravam parte em um distrito, parte em outro, e que brigavam pela emancipação de seus distritos, o que retrata os sentimentos de posse e a territorialidade presente nestas pessoas.

Desta “guerra” resultou, em 1959, a emancipação do distrito de Faxinal do Soturno. A população de Dona Francisca, não se conformando, solicitou a ajuda dos moradores de São João do Polêsine, hoje município vizinho, e juntos elegeram o candidato Antônio Socal que trouxe a sede daquele município à Dona Francisca.

Em Dona Francisca foi criada toda uma infra-estrutura local como: hospital, câmara de vereadores, prefeitura, todo um comércio, etc. que teve de ser desativado, em função de que novas decisões foram tomadas com relação à localização da sede, que voltou a fixar-se em Faxinal, onde encontra-se até hoje. Em função disto, originou-se um processo migratório intenso na região. Os moradores deslocaram-se até mesmo para outros Estados como Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

Nota-se que existe uma influência da identidade, tanto individual como social, e que estas identidades são formadas a partir da família e das relações de poder que apresentam. Em 1965, Dona Francisca se emancipou e foi instalado como município em 1967 por intermédio do interventor Ubaldino Benjamim Tessele. A área original de Dona Francisca correspondia aos atuais municípios de Faxinal do Soturno e São João do Polêsine e às localidades de Santos Anjos, Nova Treviso, Sítio e Vale Vêneto.

Hoje, em Dona Francisca, a média de idade aumentou, já que os idosos permaneceram enquanto a população jovem, geralmente sem preparo para obter condições mínimas de vida, deixou o lugar para tentar a sorte na cidade. Com isso, a agricultura atual está centrada na monocultura do arroz, que absorve pouca mão-de-obra, sendo Dona Francisca o município que apresenta a maior produtividade de arroz do Brasil.

O fato de Dona Francisca ter perdido, ou não ter ganho o título de município, demonstra que as conseqüências não podem ser vistas somente no âmbito da perda do poder político, mas estas conseqüências significam também uma desvalorização das condições de vida do município que hoje não possui nenhuma infra-estrutura capaz de manter sua população ativa, que está em plena idade de produzir e trazer progresso ao município.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento e análise das diversas bibliografias consultadas, enca-minhou-nos ao estabelecimento de algumas conclusões:

- tanto o indivíduo como o grupo social têm uma ligação muito forte com seu lugar de origem, com sua terra natal, sua casa, sua pátria; ligação esta, que constitui uma verdadeira identidade;
- a idéia de territorialidade vai ainda mais longe, pois, de um lado, constitui uma identidade regional, evidenciando cooperação e individualidade e, de outro, procura as bases da integração territorial, pois os imigrantes italianos não pretendem ficar isolados do resto do mundo, apenas querem manter preservada a cultura deixada por seus ancestrais;
- não temos como ser muito otimistas quanto ao futuro. É possível que se acabe, aos poucos, com a cultura italiana que hoje se acha resgatada e preservada, em territórios delimitados, como é o caso da Quarta Colônia. Muitas são as informações, modas, costumes, tecnologias que vêm de fora. Ainda hoje, talvez, isso tudo não tenha penetrado a região de forma a influenciar significativamente a população, no sentido de desestruturar sua identidade, mas o tempo poderá fazer com que isso ocorra; e
- a boa iniciativa de criar-se algo como o Projeto Identidade bem espelha e representa o trabalho, a força de vontade e a dignidade de um povo, fiel às suas raízes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FAISSOL, S. *O Espaço, Território, Sociedade e Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- FLORES, M. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.
- MESQUITA, Z. *Antenas, redes e raízes da territorialidade*. São Paulo: USP, 1993, tese de doutorado não publicada.
- RAFFESTIN, C. "O que é Território?" In: *Por uma Geografia do Poder*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991, parte III, cap. 1.
- SANTOS, M. et. alli. *Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994.

* Acadêmica do curso de Geografia da UFRGS.